

A grande missão de preservar o Pantanal

O projeto se estende da gestão dos recursos hídricos até a questão da precariedade do saneamento urbano nas cidades ribeirinhas

Hudson Corrêa
de Campo Grande

Uma cifra de US\$ 400 milhões representa preço até pequeno para preservar o Pantanal, batizado de reserva da biosfera mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Mas, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso Sul, os donos da planície pantaneira sem recursos em caixa para defender o patrimônio ambiental, esperaram ansiosos durante sete anos a liberação do dinheiro, o que acontece agora em 2002. Metade da quantia corresponde ao financiamento do BID, que na primeira fase de quatro anos entrará com US\$ 82,5 milhões e na próxima etapa, já em 2005, com mais US\$ 117,5 milhões. A outra parte do investimento total virá dos governos estaduais e federal, em contrapartida.

“Por informações recebidas do BID, o Programa Pantanal é o maior financiamento do banco na área ambiental no Brasil”, diz o coordenador-geral do projeto, a cargo do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Bertão. De acordo com ele, a liberação de recursos para o primeiro semestre deste ano, quando as ações efetivamente começam, serão de R\$ 27 milhões destinados aos dois estados. A quantia é ainda pequena, pois o trabalho está na fase preliminar.

Uma das etapas iniciais será justamente a contratação de uma empresa para fazer o gerenciamento dos projetos, a principal exigência do BID, segundo Bertão, antes da batida final do martelo para aprovar o financiamento. O consórcio a ser escolhido, num grupo de dez pré-qualificados em

licitação, terá um orçamento de US\$ 5,7 milhões. Gerir todas as ações planejadas durante sete anos não será tarefa simples.

O programa se estende desde a gestão dos recursos hídricos, que prevê o monitoramento da qualidade da água em 97 pontos nos rios, até o problema da precariedade do saneamento urbano. Atualmente, em 21 municípios a serem atendidos pelos projetos em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, apenas 11% de uma população de

806,2 mil habitantes contam esgotamento sanitário. Cidades localizadas no coração do Pantanal não têm sequer uma rede de esgoto. É o caso dos 108 mil moradores de Corumbá (MS), dos 11,2 mil em Porto Murtinho, rio Paraguai abaixo (MS) e de outros 34 mil na paradisíaca Chapada dos Guimarães (MT). Em muitos casos, o esgoto polui os rios.

Os projetos partiram de um diagnóstico dos problemas da planície pantaneira, uma área periodicamente inundada de 140 mil quilômetros quadrados, dos quais

O avanço da pecuária mais intensiva e a pesca predatória são os principais problemas

65% em Mato Grosso do Sul. Por lá podem ser encontradas 80 espécies de mamíferos, como onças e capivaras, 650 de aves, com destaque para o famoso tuiuiú, 250 de peixes, embora a pesca esteja perigosamente sobrecarregada apenas em dez, e 50 tipos de répteis, um deles o jacaré de papo amarelo.

O relatório apontou como problemas a pesca predatória, o avanço da pecuária mais intensiva com desmatamento de áreas pastagens, a implantação de barragens destinadas a evitar inundações em fazendas e a introdução de pastagem exótica, além de atividades agrárias na

região de planalto, que tem como consequência erosão e o assoreamento de rios na planície, que recebem a terra deslocada pelas chuvas.

Esse último desastre ambiental é bem conhecido da produtora rural Berenice Tereza Capurro, 77 anos. Ela sonha em

De fazendeira com 5 mil cabeças de gado, Berenice se tornou dona de duas vacas

reaver ou ser indenizada pela perda de 7 mil hectares de terra na fazenda Campo Elisa, inundada pelas águas do rio Taquari, na região de Paiaçuás, dentro do coração do Pantanal sul-matogrossense. Devido ao assoreamento provocado por milhões de toneladas de terra oriundas da erosão no planalto, onde se cultiva soja, as águas, sem encontrar passagem normal no leito invadiram fazendas e pastos.

De rica fazendeira com 5 mil cabeças de gado, a produtora rural se tornou dona de apenas duas vacas. As 200 mil bananas que colhia encolheram para 2 mil. Agora, ela mora numa casa alagada. Os cinco rebanhos de cavalos, três deles reprodutores, perderam-se. Berenice não está sozinha nesta penúria. Outras 300 famílias também tiveram as propriedades literalmente invadidas pelo rio que, assoreado, inundou cerca de 80 mil hectares.

Se o Programa Pantanal não resolve o drama de Berenice, aponta para atividades sustentáveis na região a fim de evitar novos desastres. Na primeira fase, serão aplicados US\$ 7,3 milhões no gerenciamento da pesca e US\$ 2,5 milhões no desenvolvimento do ecoturismo, em que os visitantes se limitam à contemplação da natureza. Para permitir o acesso dos turistas sem dano ambiental às regiões, serão aplicados inicialmente US\$ 51 milhões na pavimentação ou no recalçamento, mas sem desfigurações da paisagem. ■

Recursos da 1ª fase

(Em US\$ 1.000)

Projetos e componentes	BID	Local	Total
▶ Administração e supervisão	3.200	2.650	5.850
▶ Empresa de gestão	5.700	-	5.700
▶ Gestão de recursos hídricos	9.400	4.100	13.500
▶ Gestão de solos e agrotóxicos	16.400	41.000	20.500
▶ Parques	8.200	700	8.900
▶ Fiscalização ambiental	1.500	100	1.600
▶ Controle de queimadas	1.600	450	2.050
▶ Saneamento/água	25	6.800	6.825
▶ Esgoto	-	14.000	14.000
▶ Fortalecimento institucional de Cuiabá	5.500	-	5.500
▶ Resíduos sólidos	1.100	-	1.100
▶ Pesca	6.550	800	7.350
▶ Ecoturismo	2.400	100	2.500
▶ Produtores rurais	950	300	1.250
▶ Estradas/Parques	16.825	34.175	51.000
▶ Áreas indígenas	-	4.800	4.800
▶ Avaliação	1.725	-	1.725
▶ Participação da sociedade	600	-	600
▶ Juros	-	8.954	8.954
▶ Comissão de crédito	-	471	471
▶ Inspeção	825	-	825
▶ Total	82.500	82.500	165.000

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Índios vivem em 62 aldeias

As ações do Programa Pantanal devem alcançar um total de 40 cidades onde moram 1,3 milhão de habitantes em Mato Grosso e 1,1 milhão no estado vizinho, sem contar os 20,9 mil índios sobreviventes em 62 aldeias na região da Bacia do Alto Paraguai. Para cumprir a promessa de beneficiar tantas pessoas, além dos US\$ 200 milhões do BID, os governos estaduais e o federal precisarão entrar com a mesma quantia, sendo US\$ 82,5 milhões já na primeira fase, até 2005.

A União já vislumbra uma

instituição para financiar parte da contrapartida. Trata-se do Japan Bank for International Cooperation (JBIC). “O montante do empréstimo japonês e as atividades a serem financiadas por este fundo, serão discutidos com a missão de avaliação do JBIC prevista para ocorrer entre os dias 4 e 14 de março próximo”, informa o coordenador-geral do programa, Carlos Bertão.

Como os estados, pelas regras do Tesouro Nacional, não têm mais capacidade de endividamento, a União assumiu toda a

responsabilidade pelo financiamento junto ao BID. Inicialmente, os governos estaduais mostravam preocupação com problemas isolados na planície pantaneira, mas ainda não propunham uma ação de maior amplitude para toda a Bacia.

“A história do Programa Pantanal começa com uma proposta de Mato Grosso para financiamento destinado à recuperação da (rodovia) Transpantaneira. É uma de Mato Grosso do Sul para atividades de saneamento urbano”, lembra Carlos Bertão. ■

(H.C.)